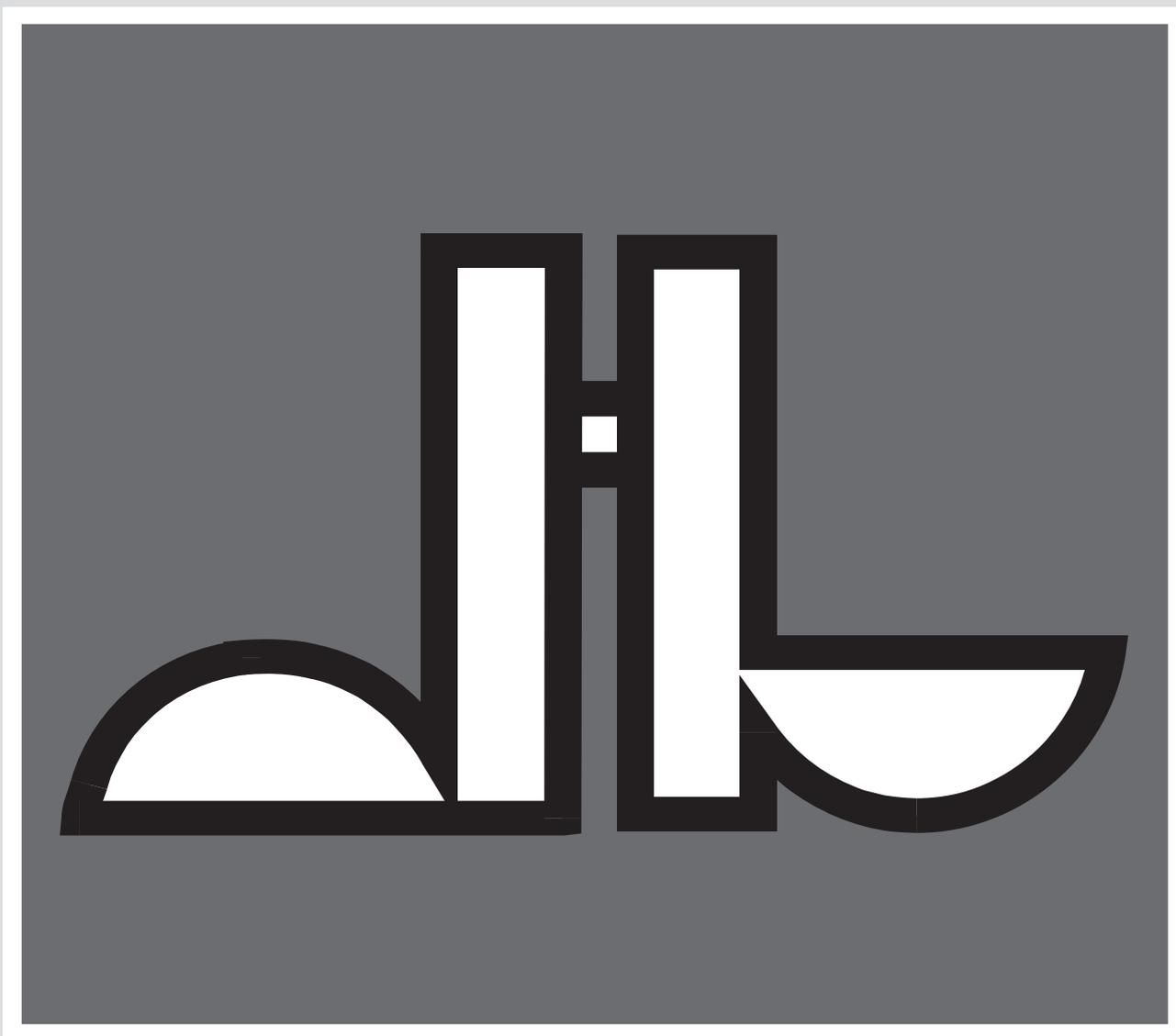




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXII - Nº 8 - QUARTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **NARCIO RODRIGUES** – PSDB – MG

2º Vice-Presidente

Senador **ÁLVARO DIAS** – PSDB – PR

1º Secretário

Deputado **OSMAR SERRAGLIO** – PMDB – PR

2º Secretário

Senador **GERSON CAMATA** – PMDB – ES

3º Secretário

Deputado **WALDEMIR MOKA** – PMDB – MS

4º Secretário

Senador **MAGNO MALTA** – PR – ES

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 2 DE OUTUBRO DE 2007			
1.1 – ABERTURA			
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO			
Destinada a comemorar o Dia Nacional e Internacional do Idoso.	01910		
1.2.2 – Oradores:			
Senadora Serys Slhessarenko	01910		
Senador Arthur Virgílio	01913		
Deputada Rebecca Garcia.....	01915		
O Sr. Presidente (Renan Calheiros).....	01916		
Deputado Sebastião Bala Rocha.....	01918		
Senador Paulo Paim	01920		
Senador Flávio Arns	01921		
Senadora Lúcia Vânia	01925		
		Senador Cícero Lucena	01927
		Senador Mão Santa	01928
		Senador Valdir Raupp (art. 203, do Regimento Interno)	01930
		1.3 – ENCERRAMENTO	
		<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
		2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
		5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 7ª Sessão Conjunta (Solene), em 2 de outubro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Arthur Virgílio e das Sras.
Serys Slhessarenko e Rebeca Garcia.*

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 40 minutos, no Plenário do Senado Federal)

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Declaro aberta a sessão destinada a comemorar o Dia Nacional e Internacional do Idoso.

Convido a compor a Mesa a Srª Deputada Federal Rebecca Garcia – que já está conosco –, autora do requerimento, entre outros, e o Sr. Perly Cipriano, Subsecretário da Secretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e membro do Conselho Nacional do Idoso.

Gostaríamos, mais uma vez, de nos regozijar com o Senador Arthur Virgílio e com a Deputada Rebecca Garcia, ambos requerentes desta sessão.

Convido os presentes para ouvirmos, de pé, o Hino Nacional, interpretado por este nosso coral fantástico, maravilhoso, pelo qual temos a maior admiração, que é Coral dos Cinquentões, da Universidade de Brasília.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Ouviremos, agora, Asa Branca, cantada pelo nosso lindo Coral dos Cinquentões, de Brasília.

Convido o Senador Arthur Virgílio, como requerente desta sessão especial, para compor a Mesa.

Eu gostaria, Senador, que V. Exª, na condição de requerente, assumisse a Presidência.

O Senador Arthur Virgílio, juntamente com a Deputada Rebecca, como já anunciamos, são os requerentes desta sessão especial. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – Vamos ouvir, então, com muita honra, Asa Branca, esta obra-prima da música brasileira.

(Procede-se à execução da música Asa Branca.)

A Sra. Serys Slhessarenko deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – Vamos ouvir, então, com muita honra, Asa Branca, esta obra-prima da música brasileira.

(Procede-se à execução da música Asa Branca)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – É com muita honra que, neste momento na Presidência, louvo a iniciativa da Deputada Rebecca Garcia, que propôs – e dispus-me, prazerosamente, a acompanhá-la nesta idéia – a comemoração, em sessão solene do Congresso Nacional, do Dia Internacional do Idoso, com todas as possibilidades que se abrem para se discutir em profundidade algo que faz parte da vida de todos, até porque a maior sorte que se tem, em algum momento da vida, é se chegar a ser idoso. As pessoas com menos fortuna, com menos sorte, não logram essa ventura. E a sociedade tem a obrigação de proporcionar aos idosos os meios para que a sua qualidade de vida seja boa e para que não lhes falte o respeito que é devido a todos aqueles que ajudaram a construir a riqueza e a dignidade deste País.

Concedo a palavra à primeira oradora, Senadora Serys Slhessarenko, ao mesmo tempo em que passo a Presidência, com muita alegria, à brilhante Deputada pelo Estado do Amazonas, Rebecca Garcia.

A SRª SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Senador Arthur Virgílio, Srª Deputada Rebecca Garcia, ambos requerentes desta sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Nacional e Internacional do Idoso, quero saudar todos que estão aqui, muito especialmente este brilhante Coral, que sempre nos alegra nos finais de ano e que inúmeras outras vezes está conosco. É uma honra para o Congresso Nacional contar com vozes tão lindas, tão brilhantes e com tanta determinação.

Eu queria, Srª Presidente, antes de começar a minha fala, pedir que fosse registrado, nos Anais do Congresso, o artigo “Dia Internacional do Idoso”, de Gabriel Garcia Márquez. Ele começa dizendo que os velhos ensinam que “a morte não chega com a velhice, mas com o esquecimento”. É, realmente, um artigo bastante profundo e eu pediria que ficasse registrado nos Anais do Congresso Nacional.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, nosso querido Senador Paulo Paim, aqui presente, é o autor do Estatuto do Idoso e um homem de muita luta, em muitos setores. Para aqueles, na sociedade, que mais

precisam de uma luta determinada, o nosso Senador Paim sempre está por perto.

É uma honra muito grande, senhoras e senhores, vir hoje homenagear os nossos idosos e as nossas idosas.

Ao Senador Eduardo Azeredo, também presente nesta sessão, uma saudação especial. E ao Sr. Perly Cipriano, aqui presente, também uma saudação muito especial.

Repito que é uma honra muito grande homenagear nossos idosos e idosas, homens e mulheres que, com certeza, contribuíram e continuam contribuindo muito com este País, sendo os verdadeiros responsáveis pelo seu desenvolvimento e crescimento. Eles assistiram, foram e continuam sendo atores de nossa construção democrática.

Imaginem, senhoras e senhores, quanta experiência têm todos os que aqui estão hoje!

Agora, atingindo a melhor idade, merecem desfrutar e aproveitar a vida, transmitindo suas experiências aos mais jovens. O Brasil não pode prescindir da experiência de seus idosos e idosas. Não podemos mais permitir que não tenham direito a tratamento médico quando necessitam, sem longas filas e sem sofrimento.

O nosso País, segundo a Organização Mundial de Saúde, será o sexto no mundo em número de idosos até 2025, ou seja, em pouquíssimo tempo. Essa situação reflète a elevação da qualidade de vida da nossa população, que está tendo melhores condições para envelhecer, mais qualidade de vida na infância e maior acesso aos serviços de saúde, refletindo claramente o acerto de nossas políticas sociais.

Por outro lado, quando chegamos à melhor idade, não temos uma situação que privilegie a atenção integral, ainda há problemas de cuidados de saúde específicos e não há programas suficientes que atendam às necessidades específicas dessa fase da vida das pessoas. O Governo brasileiro está alerta para a necessidade de se criarem, o mais rapidamente possível, políticas sociais que preparem a sociedade para essa realidade.

A aprovação do Estatuto do Idoso, em 2003 – e, mais uma vez, faço referência ao nosso Senador Paulo Paim, que, com certeza, vai falar daqui a pouco –, foi um marco no combate à discriminação contra o idoso, principalmente em relação à violência, quer física ou psicológica.

O abandono de idosos é o principal crime cometido, e muitos ainda consideram que não é crime abandonar um idoso no hospital ou numa casa qualquer por aí, que lhe dê pelo menos um teto.

Chamo a atenção dos familiares, de um modo geral, para o cuidado e a proteção aos nossos idosos.

Os números da violência contra o idoso me deixaram estareçada. Apenas entre 2005 e 2006, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Comdipi) da minha Cuiabá, do meu Mato Grosso,

recebeu 1.276 denúncias de violência e maus-tratos, e parece-me que a situação tende a piorar.

Outro dado que me deixou chocada foi o que encontrei no Portal da Violência contra a Mulher, onde a maioria das agressões contra idosos e idosas é cometida pelos filhos. Isso é muito grave!

Há desrespeito, desatenção e descaso de muitos em relação às pessoas mais envelhecidas da casa, sejam seus pais, avós, tios, enfim, pessoas idosas com quem tenham convivência. Os maus tratos ocorrem entre os membros da família.

Eu gostaria de chamar a atenção, já que o Brasil todo está nos vendo e ouvindo, dos nossos jovens, das nossas crianças e de seus pais. Sou mãe de quatro filhos e avó de quatro netos. Aqueles que estão assistindo a esta sessão atentem para o fato de que as nossas crianças e nossos jovens não apenas precisam tratar muito bem nossos idosos e nossas idosas, carinhosamente, como precisam usufruir de suas experiências.

E o que significa isso? Criança, jovem, não vá buscar conselho em alguém que você não conhece, em alguém da rua, que pode até ser dito como amigo. Converse com ele também, mas se aconselhe com as pessoas idosas de sua família, que esses, sim, vão lhe dar a orientação politicamente correta, seja em qualquer sentido que você precise.

Eu quero dirigir esta fala diretamente aos jovens e às crianças do Brasil como um todo, em especial do meu Mato Grosso. É aí que está a importância de valorizar as pessoas da terceira idade.

Quando fui Secretária de Estado de Educação em Mato Grosso – por apenas um ano e três meses –, demos início a um grande projeto, em que pessoas idosas estariam envolvidas em programações nas escolas públicas, contando a sua história. Há pessoas com as melhores histórias que possamos imaginar e que podem ir às escolas dar grandes exemplos às crianças e aos jovens, contando essas histórias a fim de que os alunos se entusiasmem e vejam que é possível construir uma bela história de vida a partir do exemplo comunicado pelas pessoas da terceira idade.

Ao encerrar, gostaria de dizer que precisamos fazer cumprir, sim, o Estatuto do Idoso, garantir, por exemplo, a gratuidade de passagens municipais, intermunicipais e interestaduais, disponibilizar atenção integral de saúde, a proteção social e combater a violência e o abandono.

Afirmo tudo isso porque essa é uma luta antiga que travo. Ainda quando era Deputada Estadual do primeiro de três mandatos, em Mato Grosso, liderei movimento para acesso gratuito de idosos e idosas ao transporte coletivo. Foi de minha autoria o projeto em Mato Grosso, que felizmente funciona. Mesmo assim, às vezes, ainda há uma reclamação, porque o transporte coletivo titubeia em cumprir a lei, o que é

bastante complicado. Não podemos permitir que isso aconteça. Existe a lei, que deve ser cumprida.

Sr. Presidente Renan Calheiros, Srs. Senadores, Sr^a Deputada, senhores e senhoras presentes, percebi, nestes anos de luta, que muito do desrespeito aos nossos queridos idosos e idosas – como já disse – se deve à falta de conhecimento da lei que os protege. Por isso, fiz questão de publicar e distribuir em grande escala o Estatuto do Idoso, de autoria do nosso Senador Paulo Paim.

Em Mato Grosso, Senador Paulo Paim, conseguimos fazer com que todos tivessem uma cópia do Estatuto e dele tomassem conhecimento para fazer valer a lei, especialmente os idosos. Precisamos popularizar essa lei. Só isso possibilitará a construção de

uma sociedade solidária, cordial e justa, em que sejam superadas todas as formas de preconceito.

Nosso abraço muito carinhoso aos idosos e às idosas – falando de maneira politicamente correta – do meu Estado, Mato Grosso.

Muito obrigada. (Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA SERYS SLHESSARENKO
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIA INTERNACIONAL DO IDOSO

“... Aos velhos, ensinaria que a morte não chega com a velhice, mas com o esquecimento. ...”

Gabriel García Márquez

A população no mundo está ficando cada vez mais velha e, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), por volta de 2025, pela primeira vez na história, haverá mais idosos do que crianças no planeta. O Brasil, que já foi celebrado como a nação dos jovens, tem hoje cerca de 13,5 milhões de idosos, que representam 8% de sua população. Em 20 anos, o país será o sexto no mundo com o maior número de pessoas idosas. O dado serve de alerta para que o governo e a sociedade se preparem para essa nova realidade não tão distante.

Apesar disso, ainda há muita desinformação sobre as particularidades do envelhecimento e o que é pior : muito preconceito e desrespeito em relação às pessoas da terceira idade, principalmente nos países pobres ou em desenvolvimento. No Brasil, são muitos os problemas enfrentados pelos idosos em seu dia-a-dia: a perda de contato com a força de trabalho, a desvalorização de aposentadorias e pensões, a depressão, o abandono da família, a falta de projetos e de atividades de lazer, além do difícil acesso a planos de saúde são os principais.

Para mudar esta realidade, encaminhei um projeto de lei que trata do pagamento de um salário mínimo à família que possui um idoso enfermo com uma doença crônica degenerativa em sua residência. O objetivo é fazer com que ele permaneça em seu lar, sendo cuidado pelos familiares, que por sua vez receberão instruções através de uma equipe multidisciplinar. Entretanto, havendo a necessidade de internação, o mesmo será encaminhado ao hospital para acompanhamento. Assim, haverá uma diminuição dos maus tratos, da carga econômica e, conseqüentemente, da carga efetiva do ato de cuidar.

Dessa forma, entendo ser preciso buscar novos horizontes de diálogo e de atendimento porque o mundo está mudando, o Brasil está mudando e precisamos nos preparar para o novo tempo e oferecer dignidade, respeito e cidadania ao idoso. A população idosa vai precisar ser olhada com total respeito e vai exigir mais sabedoria de todos nós. Precisamos nos conscientizar de que o idoso tem muito o que ensinar e que o mundo está repleto de jovens precisando aprender. Precisamos nos conscientizar que o idoso também sonha e que o seu sonho é por felicidade, por respeito e por dignidade.

Deputada Federal Rebecca Garcia
Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 520 - (61) 3215.1520
dep.rebeccagarcia@camara.gov.br

www.rebeccagarcia.blogspot.com

Durante o discurso da Sra. Serys Silhessarenko, o Sr. Arthur Virgílio deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Rebeca Garcia.

Durante o discurso da Sra. Serys Silhessarenko, a Sra. Rebeca Garcia deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal e autor do requerimento. É exatamente pela iniciativa de S. Ex^a e de outros Srs. Senadores, Deputadas e Deputados que temos a honra e a satisfação de promover esta sessão especial, uma justíssima homenagem aos idosos do País.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadora Serys Silhessarenko, Deputada Rebecca Garcia, Sr. Perly Cipriano, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e membro do Conselho Nacional do Idoso, senhoras e senhores, a iniciativa da Deputada Rebecca Garcia de comemorar, com esta sessão, o Dia Internacional do Idoso merece o aplauso dos Congressistas e de toda a população brasileira. É uma boa oportunidade, aberta pela ilustre representante do Amazonas, para lembrar que, no Brasil, são mais de 15 milhões as pessoas idosas, e para, da mesma forma, lembrar que esses brasileiros ainda não podem prescindir de sucessivas leis para assegurar-lhes a proteção do Estado e o respeito da Pátria.

É o texto da lei, votada por este Congresso, que nos convida a uma reflexão sobre o muito que ainda pode ser feito, no País, para a proteção de milhares de brasileiros, todos com iguais direitos, nem sempre observados. Mais ações e menos leis. Não exagero. O Brasil caminha para, já em 2025, tornar-se o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas, segundo cifras da Organização Mundial de Saúde (OMS). E se, até aqui, muita coisa foi feita em favor das pessoas de mais idade, ainda não atingimos o ideal. E o tanto que já foi feito não derivou de iniciativas do Governo.

Mais do que eventuais direitos que a lei criou ou vier a criar para essas parcelas, falará mais alto e terá timbre mais significativo o dia em que pudermos dispensar novos dispositivos legais para que, sim, passemos todos a olhar para os idosos com o aconchego de que são merecedores.

Mais alto, estou convencido, haverá de falar o dia em que o País puder dispensar códigos, leis e quais-

quer outras normas para declarar, como hoje está inscrito no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003) – brilhantemente relatado esse Estatuto pelo Senador Paulo Paim –, que “(...) é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Esse dia, também estou convicto, não haverá de vir de uma letra meramente fria de uma norma legal. Haverá de brotar da alma de cada um de nós que compomos este admirável País, que crescerá pela via da elevação cultural que puder ser, essa também, outro direito das populações. Direito às vezes escrito, mas não cumprido.

Por enquanto, Sr^{as} e Srs. Senadores – devemos admitir –, é necessário que a lei olhe pelas camadas menos favorecidas. No caso, essas parcelas são ponderáveis no conjunto da população.

É pela força da lei que os direitos dessas parcelas são inscritos e se tornam preceitos compulsórios para que, assim, venham a ser respeitados.

Aliás, sabe este Senado que na atual fase da vida brasileira há uma inversão de valores, num quadro em que respeito, consideração e outros itens de uma natural evolução do povo vêm sendo inacreditavelmente remetidos ao mesmo nível de avaliação de coisas dispensáveis. Coisas sem qualquer zelo ou uma mínima percepção da relevância dos estágios sucessivos de progressão cultural de um povo, pela via, por exemplo, da Educação, outra obrigação irrecusável do Estado brasileiro.

A progressão cultural, que sinaliza a evolução de uma nação, é exatamente o inverso do que chega a ser sustentado até na fala, repetida sempre, de quem, ao contrário, deveria dar exemplos.

Não há exemplos. Há demonstrações de pouco apego à imprescindibilidade da evolução cultural brasileira, de ações desastradas nessa mesma área, de sucessivos desastres na condução da nossa política educacional.

É infelizmente grande, e no momento crescente, a desinformação sobre o idoso e sobre as particularidades do envelhecimento em nosso contexto social. O envelhecimento não é defeito. É patrimônio, construído pela experiência humana, pronto a servir de paradigma de um povo.

Por isso, a lei ainda é, entre nós, a letra que, repito, nos leva, mais do que exemplos de cima, a refletir sobre os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para, como prevê o Estatuto do Idoso, “as-

segurar-se-lhe, todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.

Se essas são obrigações, inclusive e sobretudo do Poder Público, para assegurar ao idoso – aspas para o Estatuto que o Senador Paulo Paim relatou tão bem – “(...) com absoluta prioridade, e efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade e à dignidade (...)”, indago: esses requisitos vêm sendo cumpridos atualmente?

Com exceção da sanção de um código estatuído para o reconhecimento de direitos mais do que legítimos das pessoas da terceira idade, não há notícias de programas efetivos de conteúdo educativo, informativo, artístico e cultural para dar dignidade ao processo de envelhecimento da população. Ao invés disso, no começo do primeiro mandato do Presidente Lula, o que se viram no País, infelizmente, foram ações que deixaram a desejar, a ponto de termos visto aquele episódio dos nonagenários sendo obrigados a sair de suas casas no alvorecer para um recadastramento, tendo que provar que estavam vivos – o recadastramento, que foi tão criticado pelo País, naquele episódio da Previdência Social.

A Nação e, em especial, os idosos ainda guardam lembranças dessas práticas que considero absurdas e humilhantes.

Mas, muito bem, Sr. Presidente. Gostaria de dizer três coisas, ao encerrar: a primeira é que há uma situação de tamanha injustiça social no País que, se pegarmos friamente o que é a definição de terceira idade, vamos ver que uma pessoa de boa compleição econômica não se compara, na sua idade, na sua qualidade de vida, a alguém que tenha nascido no mesmo ano que o seu e que more em favela ou que habite uma periferia sem saneamento básico, que não consiga fazer valer seu direito à saúde.

Outro fato que julgo essencial de ser compreendido: publicaram outro dia, e deveriam ter feito mesmo, uma valiosa pesquisa da Pnad, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. E não havia inverdades ali, havia uma verdade: as crianças são quatro vezes mais pobres do que os nossos idosos. Até aí, tenho o maior respeito pelo que a Pnad significa como pesquisa tão consagrada. Mas não concordo com certas interpretações, tentando-se colocar que ou abandonaríamos os idosos e aí cuidaríamos das crianças, ou cuidaríamos das crianças e teríamos de abandonar os nossos idosos.

Essa contradição é falsa, Deputado Sebastião Bala. E é falsa com muita tranquilidade e compreensão por parte de todos nós.

Vejo uma seqüência perversa no Brasil, e não é culpa de um governo, mas de todo um sistema e de vários governos: a criança miserável é um adulto muito pobre e depois será um idoso amargurado, que, graças à Loas, ainda consegue aquele recurso mínimo para fazer face às suas despesas nos mais longínquos Municípios deste País. Há Municípios no Estado do Amazonas onde os grandes consumidores são os idosos, que percebem aquele salário mínimo que lhes paga a Previdência Social.

Então, não vejo essa contradição entre a criança e o idoso. Vejo uma seqüência perversa: a sociedade começa massacrando a criança, massacra o adulto e depois deixa o idoso na posição de necessitar de um estatuto, que haverá de ser posto em prática plenamente, mas que ainda não vejo posto em prática plenamente.

A terceira e última colocação, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas: temos, a meu ver, de assimilar mais o que nos ensinam as sociedades orientais e indígenas. Aqui no Brasil, chega-se ao momento em que o idoso é visto, até no próprio seio familiar – a menos que continue provedor –, como algo inservível. Ele perde espaço, prestígio, força política dentro do seu clã. E não é assim no Japão, por exemplo, onde se valoriza muito o conselho, a opinião do idoso, por uma razão muito simples: viveu mais, sabe mais, aprendeu mais, sofreu mais, errou mais e, portanto, pode ajudar os mais novos a errarem menos e a acertarem mais. As sociedades indígenas são exemplos nítidos e claros nos seus conselhos, quando a última palavra quase sempre pertence ao idoso de maior prestígio político naquela organização tribal.

Somos uma sociedade profundamente injusta, utilitarista, que usa as pessoas e depois as descarta, como papel inservível. Somos uma sociedade que perde o concurso das pessoas mais experientes, que acumularam mais sabedoria, por entenderem, nas empresas, que, a partir de tal idade, não dá para chamá-las para o trabalho; por entenderem, na vida e até nas reuniões familiares, que fulano está superado e, portanto, não deve mais ser chamado para ser ouvido.

Que isto aqui seja um alerta. No meio de todo este País complicado em que vivemos, fico feliz em saber que de qualquer maneira mobilizamos pessoas interessadas em discutir o tema.

Portanto, Deputada Rebecca Garcia, parabênizo V. Ex^a, mais uma vez, pela idéia tão competente, tão brilhante, que obteve a minha adesão, mas, sobretudo, que haverá de marcar um momento muito significativo

na história deste Congresso, desta Legislatura, pela sensibilidade que V. Ex^a revela de saber cuidar tão bem da mulher, como cuida; de saber cuidar tão bem do seu mandato, como o faz; de saber se preocupar tão bem com o idoso, como revela a trilha sensível, feminina e muito brasileira do seu mandato.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra à Deputada Rebecca Garcia, autora também do requerimento. Perdoe-me a omissão no primeiro momento. Falei apenas do Senador Arthur Virgílio, mas V. Ex^a também é responsável direta por esta importante, por esta especial sessão do Congresso Nacional.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a REBECCA GARCIA (PP – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr. Perly Cipriano, Subsecretário da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e membro do Conselho Nacional do Idoso, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, honra-me muito estar aqui, ter apresentado o requerimento e ter a oportunidade de falar sobre a importância da terceira idade no Brasil, um país que está envelhecendo, para felicidade do nosso povo, mas que quer envelhecer com dignidade.

É para isto que estamos aqui: para lembrar a importância que a terceira idade tem não só para ela própria, mas para toda a população – seus jovens, suas crianças, suas lições, seus deveres. É para isto que estamos aqui: para parabenizar o dia 1º de outubro, que foi o Dia Nacional e Internacional do Idoso, e para lembrar que essas pessoas são tão importantes para o Brasil quanto a sua força produtiva.

Eu gostaria de estar aqui tão-somente para comemorar o Dia do Idoso. Gostaria tanto de estar aqui para sorrir o sorriso do dever cumprido, de olhar para mais de 15 milhões de idosos brasileiros e agradecer-lhes, de ver um sorriso de plena satisfação, estampado na face de um idoso. Seria maravilhoso se o Brasil estivesse em perfeita sintonia com a terceira idade, mas não está. Avançamos muito, mas ainda temos de transformar mais um dia para comemorações e reconhecimentos em um dia para alerta e reflexão – um dia em que o Brasil inteiro deveria reverenciar aqueles que nos trouxeram ao estágio atual de desenvolvimento, com quem, no entanto, temos de nos desculpar, porque ainda cometemos falhas e equívocos, injustiças e erros.

É claro que avançamos muito nos últimos anos, mais exatamente a partir de 1999, quando foi aprovada uma legislação moderna e abrangente, específica para

garantir os direitos dos idosos brasileiros. Aquele ano marcou nova etapa no relacionamento da sociedade brasileira com os idosos. A partir de 1999, os idosos brasileiros passaram a ser mais respeitados e obtiveram mais direitos. Foi um avanço espetacular, sem dúvida alguma: uma lei repleta de artigos, assegurando ao idoso o direito à cidadania. E o idoso se transformou de empecilho em cidadão.

A lei assegurou muitos direitos ao idoso. É impossível negar que o Brasil tenha avançado. Uma coisa, porém, é o que está na lei, outra é o que se aplica realmente da legislação. E aí, infelizmente, vamos nos defrontar com uma situação de total descaso com o idoso, porque não sabemos, realmente, se a lei está sendo cumprida. Além disso, temos problemas regionais, como no meu Estado, Amazonas, em que as distâncias físicas e a falta de comunicação geram dúvidas e incertezas à população. Será que existe por parte do Governo Federal uma campanha publicitária que elucide os idosos quanto aos seus direitos?

O Estatuto do Idoso diz, por exemplo, que todos os veículos de comunicação deverão manter espaços ou horários especiais para a população idosa, com conteúdos educativos, informativos, culturais e artísticos (capítulo V, artigo 24).

E quem pode dizer que a Lei está ou não sendo cumprida? Da mesma forma, me pergunto sobre a garantia do atendimento integral ao idoso pelo Sistema Único de Saúde (SUS), também previsto na mesma Lei. E aqui abro um parêntese para deixar claro que não estou criticando o Estatuto. Pelo contrário, estou questionando a sua aplicabilidade, que é responsabilidade de órgãos competentes, criados para fiscalizar e regular o mercado e, logicamente, punir, quando for preciso.

Sr. Presidente, o Estatuto diz que os planos de saúde não podem reajustar mensalidades de acordo com critérios de idade. Mas, será que é o que está acontecendo de fato? Será que os planos não analisam a idade no momento da inscrição? É uma pergunta que não pode calar. É uma resposta que o Brasil precisa ouvir e, mais uma vez, a resposta só pode ser oferecida pela agência de saúde. Aí temos uma distância enorme entre o que está disposto na lei e a sua aplicabilidade, pois o caos do sistema de saúde brasileiro parece ser mais antigo que o País.

Senhoras e Senhores, o brasileiro com mais de 65 anos tem direito a transporte coletivo, bastando apresentar a sua carteira de identidade. Será que é o que está acontecendo?

A Lei ainda diz que é obrigatória a reserva de 10% dos assentos para os idosos, com aviso afixado no banco, de forma legível. Não consegui, até agora, ter

a certeza matemática dos 10% e muito menos de que todos os ônibus estão rigorosamente dentro da lei.

Não estou denunciando e muito menos condenando, mas questionando. Há que ter agências reguladoras para informar o que está acontecendo com aplicabilidade do Estatuto do Idoso. Os ônibus interestaduais, por exemplo, precisam reservar duas vagas para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Temos informações de quantos viajaram? Quais os números e estatísticas da aplicabilidade do Estatuto? O pior, Sr. Presidente, é que quem está menos informado dos seus direitos é o próprio idoso. Ganhando até dois salários mensais, com tantos problemas diários, como é que o idoso vai saber que tem o direito de viajar de graça? Precisamos informá-lo!

É preciso, portanto, que agências reguladoras e órgãos fiscalizadores ofereçam à sociedade brasileira um amplo levantamento sobre o que ocorreu no Brasil a partir de 1999, para sabermos se estamos comemorando ou lamentando o Dia do Idoso. E é um apelo que faço a todas as autoridades competentes em seus ramos de atividade. Precisamos considerar o idoso com extrema e absoluta seriedade. Sabe por quê? Porque a Organização Mundial da Saúde prevê que em 2025, pela primeira vez na história do planeta, haverá mais idosos que crianças habitando a Terra.

Hoje, no Brasil, os idosos são mais de 15 milhões de cidadãos, 8% da população. Daqui a 14 anos, o Brasil será o sexto país do mundo em termos de população idosa. Imagine, portanto, o futuro do Brasil, se tomarmos os números que temos hoje, que mostram que apenas 30% dos idosos têm acesso a planos de saúde. O índice é nacional e fica extremamente complicado quando olhamos por região. Vamos ver uma legião incalculável de idosos desassistidos, desamparados, entregues à própria sorte.

E aí, Sr. Presidente, vamos lançar nossos olhos sobre as mulheres idosas. Elas foram submetidas a um regime preconceituoso, sem oportunidade de aprender a ler e a escrever, sem a mínima chance de conseguir um emprego digno. Nem sabiam que estavam enfrentando o mundo isoladamente, sempre acreditando na presença do companheiro, sem ter as mesmas chances e oportunidades de educação e, óbvio, ganhando muito menos do que o homem.

Senhores e senhoras, as mulheres vivem mais tempo do que os homens e são, logicamente, mais afetadas ainda. Elas precisam de leis ainda mais específicas, que assegurem a plena cidadania e que corrijam os erros e as injustiças de que foram vítimas durante toda uma longa vida. Se a mulher idosa não tem os mesmos recursos de um homem idoso é porque lhe

foi negado esse direito. Foi uma injustiça que somente o Estado tem condições de corrigir.

Os idosos como um todo, sejam homens ou mulheres, precisam de ocupação, de saúde, de justiça, de trabalho, de cultura, de sexualidade. Se a ONU avisa ao mundo que a pirâmide social está mudando, que o Brasil terá uma população idosa cada vez maior, precisamos preparar o País para o novo tempo. Temos de capacitar o Brasil para permitir que o idoso possa exercer sua força de trabalho. Não podemos permitir que os valores das aposentadorias e pensões permaneçam desvalorizando. Temos que aparelhar o Estado para impedir que a depressão tome conta de nossa população idosa.

Para tanto, encaminhei um projeto de lei que trata do pagamento de um salário mínimo à família que possui um idoso enfermo com uma doença crônica degenerativa em sua residência. O objetivo é fazer com que ele permaneça em seu lar, sendo cuidado pelos seus familiares, que por sua vez receberão instruções por meio de uma equipe multidisciplinar. Entretanto, havendo necessidade de internação, será encaminhado ao hospital para acompanhamento. Dessa forma, haverá uma diminuição dos maus tratos, da carga econômica e, conseqüentemente, da carga efetiva do ato de cuidar.

Assim, Sr. Presidente, é preciso buscar novos horizontes de diálogo e de atendimento porque o mundo está mudando, o Brasil está mudando e precisamos nos preparar, mais uma vez, para esse novo tempo e oferecer dignidade, respeito e cidadania ao idoso. A população idosa vai precisar ser olhada com total respeito e vai exigir mais sabedoria de todos nós. Precisamos nos conscientizar de que o idoso tem muito a ensinar e que o mundo está repleto de jovens precisando aprender. Precisamos nos conscientizar de que o idoso também sonha e de que o seu sonho é por felicidade, respeito e dignidade.

Eu gostaria de encerrar dizendo que acredito que o Brasil está mudando. Tenho esperança e fé em Deus de que temos condições de dar aos nossos idosos um Brasil mais justo, um Brasil competente, com políticas públicas que possam mudar essa realidade e que possamos, lá na frente, dizer que o Brasil vale a pena, que vale a pena envelhecer no Brasil, vale a pena ser idoso no Brasil.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exm^a Deputada Federal Rebecca Garcia, autora do requerimento, entre outros Srs. e Sr^{as} Deputadas que aqui fazem questão de estar, Exm^o Sr. Senador Arthur Virgílio, que há pouco aqui esteve, inclusive teve oportunidade de se pronunciar sobre o assunto,

Sr. Perly Sipriano, que representa, nessa oportunidade, a Secretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e membro do Conselho Nacional do Idoso, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, em 1º de outubro comemoramos, pela primeira vez, o Dia Nacional do Idoso, instituído pela Lei nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006. Essa data, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, Sr^{as}. Deputadas e Srs. Deputados, é importante ressaltar, já é comemorada, nesse mesmo dia, internacionalmente. É importante mencionar também que, antes dessa lei federal, vários Estados e Municípios já haviam estabelecido datas comemorativas do Dia do Idoso. Também, nessa mesma data, os homenageamos no âmbito internacional, repito.

Essa é uma clara demonstração de que a luta pelo direito dos idosos vem ganhando força, já há vários anos, em todas as regiões do nosso País.

De fato, o Brasil tem se destacado, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal, pela crescente preocupação com o chamado direito das minorias.

No âmbito do Senado Federal, basta observar as nossas Comissões que atuam nessa área. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, por exemplo, são extremamente atuantes e responsáveis também. Elas participaram ativamente da discussão e da aprovação de alguns dos mais importantes textos legais que o Congresso Nacional votou.

Dessa forma, o Senado tem dado sua contribuição na defesa dos direitos dos idosos. Nós lhes devemos não apenas o respeito pela idade e experiência, mas também, é importante dizer, a gratidão por representarem, em carne e osso, a nossa memória e a nossa identidade.

Pode-se dizer que a grandeza de um povo é medida pela forma como esse povo trata sua população de terceira idade. Nesse particular, embora ainda não tenhamos alcançado o ponto ideal – há pouco foi dito isso aqui pela Deputada Rebecca Garcia –, é inegável que demos passos imensos nos últimos tempos.

O mais importante desses passos, evidentemente, foi a aprovação do Estatuto do Idoso, pelo Congresso Nacional, em 2003.

O Estatuto representou um sensível avanço em relação à Política Nacional do Idoso, que datava de 1994, estabelecendo, por exemplo, penas severas àqueles que desrespeitarem ou abandonarem cidadãos da terceira idade. O Estatuto contém ainda várias medidas que coíbem a discriminação de idosos, são medidas importantes que, segundo disse, evidenciam o compromisso entre gerações, inclusive no acesso ao trabalho e na manutenção da dignidade da pessoa hu-

mana. O Estatuto foi um marco importante, mas a luta pelos direitos dos idosos, claro, tem de continuar.

Além de zelar pela fiscalização do próprio Estatuto, o Congresso Nacional está analisando e votando uma série de medidas que visam a aprimorar ainda mais a qualidade de vida da população idosa brasileira.

Atualmente, pelo menos três PECs e mais de trinta projetos de lei do Senado a respeito do tema tramitam na Casa, sem contar outras proposições que tiveram origem na Câmara dos Deputados.

Assim, a PEC 29, de 2005, do ex-Senador Sérgio Cabral, dá preferência aos idosos no recebimento de precatórios. O PLS 216, de 2007, do Senador Paulo Paim, permite que o trabalhador com mais de sessenta anos saque seus recursos no PIS/PASEP. O PLS 106/2006, do Senador Arthur Virgílio, autoriza a dedução no Imposto de Renda das taxas condominiais pagas pelos idosos.

Em suma, eu poderia citar vários aprimoramentos do Estatuto que estão em andamento tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente Renan, eu gostaria de participar do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está devidamente inscrito, falará logo em seguida.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Só um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pois não, com todo o prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, realmente é bela esta festa, um quadro vale por dez mil palavras. Bastaria olharmos acima de V. Ex^a para compreender o significado do idoso: Rui Barbosa e Cristo. Rui Barbosa esteve aqui durante trinta e dois anos como Senador da República e, no fim de sua vida, idoso, ele deixou um grande ensinamento para a nossa mocidade. Convidado que fora para ser paraninfo de uma turma de Direito, ele fez um discurso que hoje é conhecido como Oração aos Moços. Velho estava na época e não teve forças, pediu a um professor que fosse lido. Mas ele mostra, nesse quadro, a grandeza do idoso. Ninguém mais do que essa figura, que tinha 74 anos, engrandeceu a República do Brasil e o Senado. Eu queria lembrar a V. Ex^a que este Parlamento, inspirado em Rui Barbosa, fez um estudo para reajuste dos rendimentos dos idosos aposentados em 16,7%. Esse foi um ato de nobreza e grandeza deste Congresso e Sua Excelência, o Presidente da República, Luiz Inácio, vetou. Em homenagem aos idosos, pedimos que esse veto, com o poder de V. Ex^a e do Presidente da

Câmara, volte ao Congresso para ser discutido em homenagem aos idosos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu, sensibilizado, agradeço a intervenção de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Como é praxe desta Casa e da outra Casa do Congresso Nacional, nós vamos reunir os Líderes partidários para definir o que fazer com relação à apreciação dos vetos, inclusive desse veto que V. Ex^a, em boa hora, lembrou.

Em suma, Srs. Deputados e Srs. Senadores, não obstante a aprovação do importantíssimo Estatuto, o Senado e a Câmara não retiraram de sua pauta a preocupação com os direitos dos cidadãos de terceira idade.

Ainda há muitas batalhas a serem vencidas até que se estabeleça, neste País, um genuíno ambiente de respeito e reverência por nossos cidadãos mais experientes.

O aparte do Senador Mão Santa é um exemplo do que acabo de dizer.

Finalmente, não poderia passar sem menção o nome do Senador Arthur Virgílio, da Deputada Rebecca Garcia, do Deputado Sebastião Rocha, dos Senadores Paulo Paim, Lúcia Vânia, Flávio Arns e Cícero Lucena, do Dr. Perly Cipriano e de outros ilustres Senadores – há pouco esteve aqui também o Senador Eduardo Azeredo –, que trabalham com esse assunto e fazem questão de estar presentes todas as vezes em que discutimos esse tema – o Senador Papaléo Paes também, os últimos serão os primeiros. Felicito igualmente a todos, porque são todos defensores dos idosos aqui no Parlamento. Em seu nome e em nome desses Senadores e Deputados citados, cumprimento todos os Senadores e Deputados que concentram sua atuação parlamentar na defesa dos direitos das minorias. Cumprimento também, evidentemente, todos os idosos do Brasil pela passagem de seu dia e por tudo o que já fizeram e ainda farão pelo engrandecimento do nosso País.

Muito obrigado a todos pela atenção. (Palmas)

Antes de anunciar o Deputado Sebastião Rocha, os Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Cícero Lucena, Papaléo Paes e a nossa querida Senadora Lúcia Vânia, tenho a honra e a satisfação de devolver a Presidência do Congresso Nacional à Deputada Rebecca Garcia, autora do requerimento.

O Sr. Rena Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Rebecca Garcia.

A SR^a PRESIDENTE (Rebecca Garcia. PP – AM) – Continuando os trabalhos, concedo a palavra ao Deputado Sebastião Bala Rocha.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputada Rebecca Garcia.

Ao cumprimentar V. Ex^a, cumprimento as autoridades da Mesa, o Dr. Cipriano; o Senador Renan Calheiros, Presidente Senado Federal; os Srs. Senadores presentes, Senador Mão Santa, Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim e Senador Cícero Lucena, companheiro que já conheço de longa data.

É um prazer e uma honra estar aqui. Em nome das pessoas presentes no plenário, com muita alegria, cumprimento o Professor João Batista de Medeiros, que contribuiu muito para a criação da Subcomissão do Idoso do Senado, da qual participei como Sub-Relator quando fui Senador, no ano de 1999. Parabéns, Professor Medeiros, pelo trabalho que faz junto ao Senador Leomar Quintanilha, a quem V. S^a assessora até hoje, à frente da Comissão do Idoso.

Também quero cumprimentar a Dona Josefa, que é da Câmara e que está aqui, com toda essa simpatia, participando desta homenagem.

Aproveito a oportunidade para também cumprimentar os demais Senadores presentes.

Vou falar pouco da homenagem, porque os Deputados e Senadores que me antecederam já mencionaram muitos dados, informações e já contribuíram nesta sessão solene no sentido de mostrar ao Brasil, às autoridades e a todos que dela participam, seja aqui no plenário do Senado, seja nos assistindo pela TV Senado ou nos ouvindo pela Rádio Senado, que estão sensibilizados com a importância desta homenagem e com a necessidade de o Brasil refletir sobre as questões do idoso a cada ano.

O dia 1º de outubro foi escolhido como Dia Nacional por ser também o Dia Internacional.

Objetivamente, Deputada Rebecca Garcia, quero falar de duas iniciativas que considero importantes nessa questão do idoso. Uma se trata da Universidade da Maturidade. Já temos no Brasil mais de 200 universidades da maturidade ou da terceira idade instituídas, especialmente nas universidades federais. Aqui em Brasília, temos uma na Universidade Católica. Na verdade, são cursos de extensão.

Quero, pois, narrar a experiência de Tocantins, que conheci por meio de um trabalho do colega e Deputado Eduardo Gomes, do PSDB de Tocantins, o qual me permitiu conhecer mais de perto a experiência da Universidade da Maturidade. Estou falando isso porque pretendo levá-la para o meu Estado do Amapá. Para tanto, vou assegurar recursos no Orçamento da

União; e acredito que outros Deputados e Senadores também podem fazê-lo.

Deputada Rebecca Garcia, não sei se já existe no seu Estado do Amazonas, por exemplo, essa experiência fantástica, em que o idoso participa de um curso, freqüenta um curso de extensão na universidade, com aulas voltadas para a desmistificação da velhice como sinônimo de decadência física, mental e social, além de um vasto número de outras disciplinas, entre elas Fundamentos de Gerontologia, Fonoaudiologia, Informática – li recentemente que os idosos são apaixonados pela informática; ficam navegando, passeando, até namorando na Internet, no bate-papo que a Internet permite, no lazer da Internet; portanto, é muito importante o idoso ter o conhecimento da informática –, Literatura, Direito do idoso, Oficina do Corpo, Dança – também é uma das atividades que mais satisfaz o idoso –, Formação de Monitores, Políticas Sociais do Envelhecimento, Relações Intergerenciais, Estágio Supervisionado, Projetos Sociais, Educação Sexual – muito importante também –, Arteterapia, loga e outras disciplinas.

Então, em nome do Deputado Eduardo Gomes, da professora Neila Barbosa Osório, que é autora desse projeto na Universidade do Tocantins, e do professor Luiz Sinésio Silva Neto, quero homenagear a Universidade do Tocantins e todas as outras universidades brasileiras que já implantaram essa experiência.

Senador Cícero Lucena, não sei se já existe a Universidade da Maturidade na Paraíba – já existe, não é? –, mas pretendo levá-la para o Estado do Amapá. Para tanto, estou aqui anunciando que já vou assegurar recursos orçamentários de minhas emendas individuais para que possamos implantar a Universidade da Maturidade na nossa Universidade Federal do Amapá.

Outro assunto que desejo trazer diz respeito a um projeto de lei que apresentei na Câmara dos Deputados neste ano, e para o qual quero antecipadamente pedir o apoio dos Senadores para quando aqui chegar. Trata-se do projeto que prevê a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra idosos atendidos em estabelecimentos de saúde públicos ou privados. É o Projeto de Lei nº 994, de 2007, onde os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: autoridade policial, Ministério Público, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Estadual do Idoso, Conselho Nacional do Idoso. E, para os efeitos dessa lei, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão

praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

Com relação ao idoso, acontece hoje o que aconteceu com as mulheres antigamente e que ainda acontece muito, ou seja, o temor, o receio e, às vezes, até a vergonha de ir a uma autoridade policial denunciar que foi vítima de uma agressão de qualquer natureza.

Com a política mais avançada no contexto da defesa da mulher e no combate à violência, com a Lei Maria da Penha, a mulher já está mais habituada a procurar e a defender os seus direitos. Mas os idosos ainda estão inibidos para tal.

Então, o projeto de lei prevê que, ao ser atendido um idoso em uma unidade de saúde, imediatamente essa unidade de saúde providencie a notificação compulsória à autoridade sanitária para que possamos ter estatísticas, inclusive corretas, para a elaboração de políticas públicas em defesa do idoso.

Também apresentei uma indicação ao Presidente da República, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido de que seja instituída uma Secretaria Especial de Defesa dos Direitos do Idoso, como existe no caso da mulher e da juventude. Ou seja, que o Presidente possa implantar também uma Secretaria de Defesa do Idoso.

Não vou mais ocupar o tempo, até porque vários oradores ainda se vão pronunciar, por isso quero parabenizar V. Ex^a, Deputada Rebeca Garcia, e também o Senador Arthur Virgílio por esta oportunidade. Além disso, quero transmitir a minha satisfação em voltar à tribuna do Senado, pois fui Senador durante oito anos. Quero dizer, Deputada Rebeca Garcia, que trabalhei em uma matéria que V. Ex^a mencionou aqui: os planos de saúde. Fui Relator, aqui no Senado, do projeto dos planos de saúde, e fiz o que pude. Enfrentei – quem acompanhou aqueles debates sabe – o lobby, enfrentei a estrutura das empresas em defesa do consumidor e também em defesa dos idosos no combate à discriminação que existia, e que ainda existe. Fizemos, no contexto da lei, o que era possível fazer aqui no Senado para que o idoso não sofresse tantos constrangimentos e tantas punições do ponto de vista do usufruto dos planos de saúde, o que é um direito seu, não sendo justo, portanto, que seja punido pela sua idade.

Muito obrigado. Foi um prazer imenso participar desta sessão solene.

Meu abraço fraterno e amigo a todos os idosos e idosas do Brasil. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Rebecca Garcia. PP – AM) – Obrigada pela fala, Deputado Sebastião Bala Rocha.

Muito bem lembrado o projeto da Universidade da Maturidade, o qual também tive oportunidade de co-

nhecer. Não podemos esquecer que nunca paramos de aprender. Aprendemos todos os dias da nossa vida.

Eu gostaria de conceder a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar a Deputada Rebecca Garcia, que preside a sessão; o Presidente Renan Calheiros, que esteve aqui participando desta bonita sessão solene; o Senador Arthur Virgílio, que foi um dos autores do requerimento para a realização desta sessão; o Senador Eduardo Azeredo, que também estava aqui; e o meu amigo de jantares e almoços, Perly Cipriano, que é o Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e membro do Conselho Nacional do Idoso.

Também já quero fazer aqui uma pequena homenagem a todos aqueles que construíram a Política Nacional do Idoso, que incluímos, na íntegra, dentro do Estatuto do Idoso. Foi fundamental a caminhada desses homens e mulheres que hoje, às vezes, não são lembrados, mas que construíram a Política Nacional do Idoso e que está contemplada, repito, na íntegra, no Estatuto do Idoso.

Quero também cumprimentar o coral. Eles saíram, mas é um bonito coral. Noventa e quatro participantes, homens e mulheres, que cantaram para nós com uma alegria enorme, mostrando o vigor da nossa terceira idade, ou do nosso envelhecimento.

E, por uma questão de justiça, Sr^a Presidente, quero cumprimentar duas pessoas, embora não estejam presentes: primeiro, o Deputado Silas Brasileiro. Poucos lembram, mas o Deputado Silas Brasileiro foi o Relator do Estatuto. Eu apresentei, fui o autor da peça original. Cumprimento também o Deputado Eduardo Barbosa, que presidiu aquela Comissão Especial. Viajamos praticamente todo o País, junto com o Ministério Público, o que resultou na construção do Estatuto.

Tenho um discurso longo aqui, Deputada Presidente. Naturalmente, não vou lê-lo na íntegra, mas também, junto com todos que falaram aqui, reconheço que é um fato: a população mundial está envelhecendo, e esse envelhecimento tem reflexo nas ações sociais, econômicas e culturais. É preciso reeducar, inclusive, os mais jovens. Sempre digo que sonho muito com o dia em que os jovens efetivamente entendam que serão os idosos do futuro e que serão tratados da mesma forma como trataram as pessoas com mais idade neste momento da história. Isso é importante. Eu dizia ontem aqui, da tribuna, essa frase, e repito hoje. Isso faz parte da vida. É a cumplicidade da energia do universo: você será tratado, quando envelhecer, da mesma forma como tratou os mais velhos próximos a você.

Foi com essa visão que apresentamos, na época, o Estatuto do Idoso. No dia de ontem, 1º de outubro, mais do que o Dia Nacional e Internacional do Idoso, comemoramos também quatro anos do Estatuto do Idoso.

Deputada Rebecca Garcia, as estatísticas mostram que o idoso está sendo ainda muito mais bem atendido que as nossas crianças, e há uma razão de ser. Trabalhei – não fui o autor –, como Deputado, na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, só que a criança não tem o vigor, por ser uma criança, que o idoso tem hoje. Por isso, se pensam que foi uma conquista o transporte interestadual, foi porque o idoso foi à luta. Ele não ficou sentado em casa vendo televisão. Ele foi às ruas, apresentou a carteirinha e exigiu o transporte interestadual, que está no Estatuto, e teve que ser conquistado lá no Supremo Tribunal Federal. Se temos hoje 4 milhões de idosos que passaram a receber um salário mínimo depois do Estatuto, foi porque eles foram também à luta e conseguiram fazer com que o Estatuto fosse cumprido.

Claro que, na íntegra, ele não está sendo cumprido, como o Estatuto da Criança e do Adolescente também não está sendo cumprido. E V. Ex^a, Deputada, quando contesta lá, não pense que não concordo. V. Ex^a tem razão, principalmente no que se refere aos planos de saúde.

Que qualquer um de nós que está aqui tente, em qualquer plano de saúde, e verá que, depois dos 60 – exatamente quando proíbe o Estatuto –, a mensalidade, em muitos casos, dobra. Então, continua, sim, uma discriminação hedionda, contra a lei, dos famosos planos de saúde em relação ao nosso idoso. Isso é inadmissível!

Por isso, concordo com tudo que foi falado aqui.

Lembro da Senadora Serys quando disse o seguinte: “Eu estou reproduzindo o Estatuto. O idoso tem que se apropriar do Estatuto do Idoso. Ele tem que dizer: é lei, que se cumpra”.

Fico muito feliz quando chego em cidades onde os vereadores colocam seu nome na capa – e é bom que coloquem mesmo, porque ele fez o material, imprimiu – do Estatuto do Idoso: vereador tal, deputado tal, senador tal, prefeitura tal, governo do estado tal e Governo Federal, ou mesmo um banco, uma empresa privada.

Reproduzam, imprimam e coloquem o seu nome na capa, sim, porque a lei é pública, ninguém vai proibir. O importante é fazer com que o Estatuto do Idoso chegue em todos os recantos deste País, porque, de posse da lei, o cidadão vai dizer: eu quero que cumpra o que está aqui.

Não vou me aprofundar sobre todos os artigos que considero de suma importância do Estatuto do Idoso, nem vou falar dos dados do Ipea, que, no meu entendimento, são muito importantes, porque mostram que a idade do brasileiro, a relação anos/vida está aumentando, e muito. Eu poderia falar aqui de uma pesquisa recente, divulgada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que revela que o Brasil tem um terço de toda a população idosa da América Latina e do Caribe. Eu poderia falar aqui ainda, se tivesse mais tempo, aprofundando o debate, de outras situações no mundo. Por exemplo: a Organização das Nações Unidas realizou a primeira Assembléia Mundial do Envelhecimento em agosto de 1982 em Viena. Nessa Assembléia, foi aprovado o Plano Internacional de Ação para a Velhice. Sei que o meu amigo Cipriano conhece muito bem todo esse debate e essa história. Poderíamos falar aqui que os países signatários da ONU decidiram adotar esse Plano Internacional de Envelhecimento para responder às demandas e aos desafios colocados para o envelhecimento da população no século XXI.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Aguardo que V. Ex^a finalize seu pronunciamento. Logo após, se V. Ex^a me permitir, eu falarei. Agradeço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bem, Senador Valadares. Eu já ia permitir que V. Ex^a apartasse agora, mas V. Ex^a, na sua forma de me fazer esse aparte, foi gentil, porque eu estava procurando alguns dados, V. Ex^a pediu o aparte, e eu os encontrei. São dados internacionais que estão aqui.

Eu lembraria que a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai, o Uruguai, a Costa Rica e a Espanha, entre outros, são países que vêm participando ativamente desses eventos e estão trabalhando no sentido de implementar uma grande política no âmbito internacional, o chamado Plano de Madri.

Quero lembrar também que o Brasil, como signatário da ONU, tem envidado esforços para assegurar efetivamente os direitos da pessoa idosa. Nessa linha, o Brasil, há muito tempo, vem trabalhando em cima das questões dos nossos idosos.

Como eu disse, não vou fazer essa longa leitura. Fiz ontem um pronunciamento, porque era dia 1º de outubro, muito semelhante a este. E alguns Senadores, de seus gabinetes, e outros, dos seus carros, Deputada Pietá, me disseram o seguinte: “Paim, seu

discurso foi bom, dados e números muito interessantes sobre o idoso, mas do que mais gostei foi daquela pequena poesia”.

Então, vou terminar com esta pequena poesia, cuja leitura fiz ontem desta tribuna. É de um autor desconhecido e se chama “Poema do Idoso”.

Diz o seguinte:

Se meu andar é hesitante
e minhas mãos trêmulas, ampare-me.
Se minha audição não é boa,
e tenho de me esforçar para ouvir o que você
está dizendo, procure me entender.
Se minha visão é imperfeita
e o meu entendimento escasso,
ajude-me com paciência.
Se minha mão treme e derrubo comida
na mesa ou no chão, por favor,
não se irrite, tentei fazer o que pude.
Se você me encontrar na rua,
não faça de conta que não me viu.
Pare para conversar comigo. Sinto-me só.
Se você, na sua sensibilidade,
me vir triste e só,
simplesmente partilhe comigo um sorriso
e seja solidário.

Se lhe contei pela terceira vez a mesma história
num só dia,

não me repreenda, simplesmente ouça-me.
[Eu gostaria tanto da sua atenção.]

Se me comporte como criança,
cerque-me de carinho.

Se estou doente e sendo um peso,
não me abandone.

Se estou com medo da morte e tento negá-la,
por favor, ajude-me [nessa caminhada.

É a preparação para que eu vá me encontrar
com Deus].

Vivam os idosos brasileiros!

Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Rebecca Garcia. PP – AM)
– Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de anunciar a presença da Deputada Janete, do PT de São Paulo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Flávio Arns, esqueci do aparte ao meu querido Senador Valadares. Tenho certeza de que V. Ex^a vai conceder o aparte a ele.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, eu poderia, se

V. Ex^a permitir, começar minha manifestação concedendo um aparte ao Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Flávio Arns, quero agradecer a V. Ex^a por ter atendido a essa solicitação do nobre Senador Paulo Paim, que não o fez por um lapso de memória, mas porque emocionado com uma poesia tão bonita de autor desconhecido. Permita-me dizer a V. Ex^a que eu gostaria apenas de me referir à violência contra o idoso, que está campeando no Brasil, notadamente em relação àqueles que vão ao banco para receber o benefício da aposentadoria. Pois bem, eles saem do banco na maior inocência, na boa-fé. São homens que trabalharam a vida inteira, para conseguir amearhar, no fim da sua vida, nos anos derradeiros da sua vida, algum recurso, alguma remuneração para seu sustento e até para ajudar familiares mais jovens, financiando-lhes estudos e contribuindo para a manutenção dessas pessoas. Esses idosos saem do banco, vão para a casa e, no caminho, são assaltados. Refiro-me a isso porque, em outros países, a exemplo dos da Europa, os idosos são respeitados e são vistos como pessoas que merecem ser exaltadas, contempladas com frases de amor, de carinho, de reconhecimento pelo que fizeram no passado em favor da sua família, do seu país. Mas, aqui, no Brasil, ainda há certo desconhecimento, há certa omissão sobre a utilidade dessas pessoas, que passaram sua vida trabalhando e, no fim, são assaltadas, são violentadas, são roubadas. A Segurança Pública, então, para o idoso, deve ser um direito a ser reconhecido pelas autoridades. Era somente esse ponto que eu queria enfatizar no meu aparte, para dizer que o idoso, no Brasil, assim como em outros países mais ambientados, mais evoluídos, mais democráticos do que o nosso, deve ser exaltado, respeitado e protegido. Agradeço a V. Ex^a, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – É muito importante, como sempre, aliás, a manifestação de V. Ex^a.

Quero também, Sr^a. Presidente, deixar como lido o pronunciamento, para que conste também dos Anais da Casa.

Destaco, até para oportunizar outros Parlamentares a utilizarem o tempo, quatro aspectos que considero importantes, pelo menos para que se faça alguma reflexão nesta data tão bonita, nacional, mundial, quando lembramos a pessoa idosa. Essas datas sempre são importantes, porque oportunizam à sociedade uma chance para pensar, refletir, discutir, encaminhar, fazer uma análise do estado da arte, se podemos chamar assim, da situação atual, do contexto, dos avanços e das dificuldades da pessoa idosa.

O primeiro aspecto que quero levantar é a importância do Estatuto da Pessoa Idosa. Este documento legal é fundamental.

Muitas pessoas dizem: “Temos a lei, mas a lei não é cumprida”. Sabemos que, muitas vezes, na área social, a legislação, infelizmente, não se converte em realidade, mas é essencial haver o documento legal, porque ele norteia toda a organização do povo, a organização da sociedade. As pessoas, com base numa legislação, discutem seus direitos, aprimoram a participação política no sentido de cidadania, e o documento é o mobilizador e o incentivador para novas ações por parte da sociedade.

Quero destacar, nesse sentido, o trabalho do Senador Paulo Paim, que, além de ser o autor do Estatuto da Pessoa Idosa, também é autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Do Estatuto da Igualdade Racial e, como ele próprio destacou desta tribuna...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Flávio Arns!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – ...com a participação de um conjunto de pessoas, Parlamentares e sociedade, fundamentais nessa caminhada.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a vai me conceder um aparte, porque o Brasil tem de saber que fui o autor da peça original, mas quem fez o grande trabalho, de quase 300 artigos – uma bela obra, sinceramente; aproveitando os Deputados aqui presentes, não sei como a Câmara ainda não o aprovou – foi V. Ex^a. O Relator foi V. Ex^a, que viajou pelo Brasil e fez centenas de reuniões. Eu diria aos Deputados que seria muito bom – não para V. Ex^a, que foi o Relator e que o fez de coração – que se aprovasse o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Se entenderem que se tem de fazer alguma alteração, que o façam. Faço um apelo a Presidente neste momento, à Deputada Rebecca, que remeta o projeto para cá. Tenho certeza de que o Relator, Flávio Arns, há de aceitar as modificações, e caminharemos para a aprovação definitiva. Eu tinha de fazer um aparte para prestar esta homenagem a V. Ex^a, que é meu guru nessa questão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Está certo! Agradeço-lhe.

Também quero destacar um segundo aspecto: o desafio que todos nós, Parlamentares, temos, que a sociedade tem, de transformar a lei em realidade. Este é o maior desafio: fazer com que a lei, como o povo diz, “pegue”; fazer com que a lei seja concreta, com que a lei transforme a vida das pessoas.

Quero sugerir algo a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que, inclusive, é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos aqui, no Senado, e ao Senador Cícero Lucena, aqui presente, Vice-Presidente desta Comis-

são: já que existe, na Comissão de Direitos Humanos, a Subcomissão Permanente da Pessoa Idosa, que, nessa Subcomissão, chamemos todos os Ministérios, um por um, para tratarmos de Saúde, de plano de saúde, de medicamento, de fisioterapia, de especialização médica, de hospital, de Educação, de acesso à universidade, de instituição de Ensino Superior da terceira idade, de maturidade, para analisarmos todos os aspectos necessários, Ministério por Ministério. Perguntaremos: “O que vocês, deste Ministério, estão fazendo, para que os direitos da pessoa com deficiência se concretizem?”

Quando vamos, por exemplo, a um lar de idosos que não têm família, muitas vezes sentimos uma pena extraordinária das pessoas que estão lá. Elas não têm um quarto adequado, um banheiro adequado, um refeitório, uma sala de lazer, mas não por culpa da entidade, isso tem de ser dito, mas por omissão do Poder Público, que não auxilia as entidades a fazerem com que a cidadania nesses lares de idosos seja assegurada.

Então, esse é o segundo aspecto que eu queria abordar neste dia, até para deixarmos propostas concretas, porque temos a lei, os idosos sabem o que desejam, as necessidades estão bem definidas, e o desafio da nossa parte é chamarmos Ministério por Ministério. Porém, o desafio para os idosos do Brasil é se organizarem também: promoverem conselhos municipais, estaduais, nacional, entidades que atendam pessoas idosas para que conheçam e também possam fazer com que seus direitos, por meio dessa organização, sejam assegurados.

Esses eram os dois aspectos que eu gostaria de levantar.

O terceiro aspecto é a experiência concreta da Pastoral da Pessoa Idosa. Tínhamos – e temos – a bela experiência da Pastoral da Criança, que atende 1,5 milhão de crianças em bolsões de pobreza no Brasil. Utiliza-se a metodologia da Pastoral da Criança, com visitas, com cadastramento, com orientações. Cem mil pessoas idosas já vêm sendo visitadas regularmente pela comunidade, por meio da Pastoral da Pessoa Idosa, como existem tantas outras entidades pelo Brasil que fazem um trabalho exemplar também.

Não é realmente pela falta de iniciativa, o Brasil tem muitas iniciativas boas, necessárias e que precisam do apoio, seja do poder público municipal, do estadual ou do nacional, divulgando-se os bons resultados. O povo brasileiro, como característica da nossa cultura, é extremamente solidário – quer participar, ajudar e contribuir – e precisa ter, na verdade, do poder público de maneira geral, inclusive do federal, suas iniciativas muito mais valorizadas.

O quarto e último aspecto que eu gostaria de destacar é também um desafio, além dos tantos outros dessa área. Trata-se do desafio de tantas famílias, no Brasil, que têm um filho portador de algum tipo de deficiência e que está em processo de envelhecimento. Esse é o drama de muitas famílias brasileiras que dizem: “Meu filho ou minha filha tem uma deficiência mais acentuada, não tem a independência que lhe permita uma vida que possa ser tocada em termos pessoais, unicamente, precisando sempre de apoio e ajuda.”. Os pais e a família questionam-se como será a vida de seu filho quando não estiverem mais vivos: como será, quem cuidará, que estrutura existirá, se haverá uma política pública municipal, estadual ou nacional de atendimento dessa pessoa com algum tipo de deficiência mais acentuada e que precisa desse apoio no seu processo de envelhecimento. Esse é um desafio, além dos tantos mencionados aqui, e deve receber de todos nós, da sociedade, dos Parlamentares e do Executivo, uma atenção especial.

Este dia é um momento de parada, de reflexão, de vermos como a caminhada está acontecendo diante dos desafios que são postos para todos nós. Que possamos, neste dia, não só discutir a realidade, mas encontrar soluções. Como está na própria Bíblia, precisamos ser pessoas de fé e de obras, porque a fé sem obras é morta em si mesma.

Parabéns a todos os que, no Brasil, se empenham nessa luta. Continuemos firmes, unidos e com esperança, enfrentando os desafios e achando os caminhos para que a cidadania da pessoa idosa seja uma realidade em nosso País.

Obrigado. (Palmas)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil está se transformando em um país com uma população cada vez maior de idosos. A expectativa de vida do brasileiro se aproxima dos 72 anos. O número de idosos acima de 60 anos é de 19 milhões e a população com mais de 80 anos foi a que mais cresceu na última década. A população brasileira com mais de 70 anos já é de 7,7 milhões e pode chegar a 34,3 milhões em 2050, segundo estimativas do IBGE.

Os dados mostram que o Brasil está se transformando em um país de idosos. Diante desta realidade, cabe uma reflexão sobre a qualidade de vida da população idosa no Brasil e, conseqüentemente, uma pergunta: nossos idosos estão tendo acesso aos seus direitos e condições para uma vida digna e tranqüila?

Apesar dos índices apontarem para um envelhecimento saudável e dos idosos chegarem cada vez mais dispostos à terceira idade, uma gama significativa da população idosa vive em situação de vulnerabilidade social e econômica. Preocupa também a revelação de que é grande o número de idosos vítimas de violência e maus tratos.

Segundo dados da Fundação Perseu Abrão, em uma pesquisa realizada em 2006, 35% dos idosos brasileiros já sofreram ou sofrem de algum tipo de violência. Os idosos entrevistados relataram que foram vítimas de assaltos e estupros cometidos por desconhecidos, mas que também sofreram agressões em seus próprios lares, além de humilhações sistemáticas cometidas por familiares. Citaram também que foram vítimas de desrespeito praticado por agentes públicos. Tem hospitais, mercados e, principalmente, no transporte público.

As ofensas, ironias, gozações, humilhações ou menosprezo devido à idade, bem como a falta de remédios ou tratamento adequado quando necessário também foram apontadas como forma de violência praticada contra os idosos. A pesquisa também revelou que 14% dos idosos foram vítimas de lesão por trapaça, engano ou apropriação indevida de bens.

O descaso contra esta parcela da população se faz presente não só na violência praticada dentro e fora de casa. Um estudo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República realizado no ano de 2005, que resultou no documento “Direitos Humanos e Cidadania: Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa”, aponta que, frequentemente, os idosos enfrentam diversos problemas e dificuldades que restringem suas atividades. Muitas vezes, são vítimas de quedas provocadas, em muitas situações, pela dificuldade de acesso às vias públicas, causada pela irregularidade das calçadas, ausências de rampas, entre outras barreiras. O transporte público sem adaptações também dificulta a mobilidade dos idosos e ocasiona acidentes.

Outra preocupação relevante é a saúde mental dos idosos, devido ao aumento do número de suicídios nesta faixa etária. Também tem sido crescente o número de assassinatos tendo como vítimas os idosos.

Dados do Ministério da Saúde revelam que os acidentes de transportes e as quedas são as causas principais de mortes violentas dos idosos brasileiros. No ano de 2004, o Sistema de Informações Hospitalares do SUS contabilizou 108.169 internações por violências e acidentes ocorridos com idosos, sendo que 55,38% se deveram a quedas; 19,1%, a acidentes de trânsito, sobretudo a atropelamentos; 3,0%, a agressões; e 0,8%, a lesões autoprovocadas.

Aprovado por unanimidade nesta Casa, o Estatuto do Idoso foi uma ferramenta fundamental para regulamentar e garantir a efetivação dos direitos das pessoas acima de 60 anos no nosso País. Os artigos dispõem sobre cultura, lazer, vida familiar, assistencialismo, saúde, direito, alimentação, trabalhos e outros aspectos.

De autoria do nosso Ilustríssimo Senador Paulo Paim, a quem gostaria de parabenizar pela iniciativa, o Estatuto assegura o direito do pagamento da meia-entrada em atividades culturais, de lazer e esportivas, alterou a idade de 67 para 65 anos para requerer o benefício de um salário mínimo, determinado pela Lei Orgânica da Assistência Social, e, ainda, prevê prioridade na tramitação dos processos e procedimentos judiciais nos quais as pessoas acima de 60 anos figurem com intervenientes.

A mídia também sofreu modificações com a aprovação do Estatuto. De acordo com o texto, todos os meios de comunicação deverão manter em sua programação espaços e horários especiais voltados para o público idoso. Os programas deverão abordar temas educativos, informativos e culturais com ênfase no processo de envelhecimento.

Outro ponto importante assegurado no Estatuto foi a reserva de duas vagas gratuitas para a pessoa idosa com renda igual ou inferior a dois salários mínimos, tanto no transporte em ônibus intermunicipal como interestadual.

Mas, infelizmente, no Brasil, como sabemos, nem todas as leis são cumpridas, ou pelo menos, parte delas. Apesar do texto do Estatuto prever penas severas para quem praticar violência e/ou não prestar assistência ao idoso, os índices de violência contra essa parcela da população aumentam assustadoramente em nosso País.

Sabemos, inclusive, que a violência não diz respeito à educação ou classe social, a violência, principalmente contra o idoso, está em todos os níveis da sociedade.

Diante de tantos índices e dados preocupantes, devemos pensar na valorização da pessoa idosa como um compromisso a ser seguido por todos os setores da sociedade. Devemos, também, incentivar ações como inclusão digital, cumprimento da lei de acessibilidade, reconhecimento e valorização da importância dos idosos e, principalmente, aplicação de recursos em programas e políticas públicas voltadas para a população envelhecida.

Um exemplo concreto da busca pela valorização da pessoa idosa é o trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2004 pela Pastoral da Pessoa Idosa. Seguindo uma metodologia semelhante a da Pastoral da

Criança, por meio da organização da comunidade e a identificação de lideranças, a Pastoral da Pessoa Idosa trabalha com uma série de indicadores que são aplicados junto aos idosos pelos líderes comunitários.

De acordo com a Pastoral, esses indicadores servem de orientação, estímulo e incentivo às pessoas idosas. Por meio deles, o líder comunitário, que visita todos os meses as pessoas idosas cadastradas em seu caderno, orienta sobre a importância de movimentar-se, desenvolver alguma atividade física, ingerir líquidos, prevenir as quedas, tomar as vacinas. Identifica necessidades nas pessoas idosas e as encaminha, quando necessário, para as Unidades de Saúde. Com estes indicadores, é possível ainda estimular o desenvolvimento de outras ações em favor das pessoas idosas nas comunidades, nas paróquias e nos municípios.

Mais do que estimular estas ações, precisamos resgatar os vínculos familiares e sociais, preservando, desta forma a dignidade de nossos idosos. Somente seremos um país desenvolvido quando valorizarmos e respeitarmos a pessoa idosa e, para isso, ainda precisamos avançar muito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Rebecca Garcia. PP – AM)

– Muito obrigada, Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia.

A Presidência autoriza a transcrição nos Anais dos pronunciamentos solicitados, na forma do Regimento.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Sr. Cipriano, Srªs e Srs. Parlamentares, senhores convidados, é oportuna e importante a sessão solene que o Congresso Nacional realiza hoje, em comemoração ao Dia Nacional e Internacional do Idoso, proposta pelo Líder Arthur Virgílio e pela Deputada Rebecca Garcia.

Sinto-me honrada por participar desta cerimônia, que homenageia cerca de 14 milhões de cidadãos brasileiros, aproximadamente 8% da nossa população.

Para atender à crescente população com mais de 60 anos – o País será o sexto, no mundo, em número de idosos no ano de 2020 –, o Brasil precisa se preparar.

Chamou a atenção o Senador Flávio Arns para a questão da política nacional do idoso. Temos o Estatuto, que já é bem conhecido da sociedade, mas é preciso também que, a exemplo do que foi feito com o Estatuto, tenhamos conhecimento da Lei Nacional do Idoso, que orienta as políticas públicas nos diversos Ministérios para a especificidade da terceira idade.

Acredito que sem conhecermos profundamente a Lei Nacional do Idoso ficará difícil cobrarmos essas políticas públicas.

Como consequência da Lei Nacional do Idoso, há, hoje, quase 200 universidades abertas para a terceira idade, uma cobrança que os idosos fazem diretamente ao Ministério da Educação. Em decorrência também da Lei Nacional do Idoso, há, hoje, uma visão inteiramente diferenciada da política voltada para a terceira idade.

É preciso que nos recordemos de que, há pouco tempo, havia apenas a LBA cuidando da terceira idade. Posteriormente, foi implementada a Lei Nacional do Idoso, quando entendemos que o idoso não poderia ser tratado apenas com uma distração, um trabalho manual ou uma convivência esporádica. O idoso precisava ser objeto de uma política social voltada para todo o seu desenvolvimento. Foi assim que se incentivou também, no Ministério do Esporte, a Educação Física voltada para a terceira idade, praticada nos centros de convivência, muito importante para que o idoso se mantenha ativo. A mesma coisa aconteceu com relação à saúde. O Ministério da Saúde tem como tradição, ou como cultura, cuidar da pessoa idosa como um doente crônico. A partir da Lei Nacional do Idoso, a saúde voltou-se – e, hoje, deveria fazê-lo com maior intensidade – para a prevenção na terceira idade.

Assim também acontece na educação e no trabalho. É preciso que voltemos a nossa atenção, de forma muito especial, para a questão do trabalho, porque, na verdade, também não temos a cultura de valorização da experiência. É preciso que tenhamos uma legislação que ajuste o mercado de trabalho a essa necessidade de se aproveitarem aqueles que passaram a vida toda dando de si e se especializando.

Quando Secretária Nacional de Assistência Social, debatemos a Lei Nacional do Idoso com todos os Ministérios, para que esses entendessem que o idoso não pode ser parte apenas de um pequeno departamento de cada um desses Ministérios, mas deve ter políticas públicas específicas para a sua idade, para o seu momento. Portanto, podemos avançar, e é com alegria que digo que o Ministério do Turismo, hoje, dedica um pacote especial para a terceira idade.

Notem a visão integral da forma de se tratar o idoso. O idoso não precisa apenas de saúde, educação e trabalho, mas também de lazer, e o turismo se encarrega disso, conseguindo pacotes muito mais acessíveis, em épocas em que não há grande movimentação nos hotéis. Isso não somente ajuda o próprio turismo, ocupando a rede hoteleira, como também propicia aos idosos a oportunidade e a alegria de conhecer o seu

País, a sua cidade, enfim, tudo o que pode usufruir como ser humano.

Eu fiz um discurso escrito, mas prefiro falar um pouco da minha vivência. Como Vice-Presidente da Subcomissão do Idoso, eu não poderia deixar de trazer o abraço do Senador Leomar Quintanilha, que se tem esforçado no sentido de que o Senado da República também se encarregue e se preocupe em cobrar políticas públicas voltadas para a terceira idade.

Também cumprimento o Senador Paulo Paim pelo seu trabalho, pelo seu esforço e, principalmente, pela sua dedicação ao Estatuto do Idoso. O Estatuto deverá ser uma bíblia para a sociedade e é uma realidade para os nossos idosos. Eles já conhecem o Estatuto, já sabem da sua importância e, sem dúvida nenhuma, hoje já se sentem muito mais valorizados do que antes.

Foi tratada aqui a questão da solidão, da depressão – creio que foi a Deputada Rebecca que colocou –, que é um dos males que aflige muito a terceira idade. Se tivermos a competência e a capacidade de exigir que essas políticas públicas sejam cumpridas, estaremos afastando um dos principais males que afetam a terceira idade, que é a solidão. Temos que trazer o idoso para centros de convivência, mostrar a ele que estar ativo significa saúde, significa vida; dar ao idoso a oportunidade de conviver com outras pessoas, cujos problemas são diferenciados. Isso significa vida, atenção, respeito ao ser humano.

Portanto, cumprimento a todos aqueles que hoje puderam homenagear o Dia Nacional da Terceira Idade.

A Sr^a Janete Rocha Pietá (PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Lúcia Vânia?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não, Deputada.

A Sr^a Janete Rocha Pietá (PT – SP) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia, obrigada, Sr^a Presidente. Pegando o gancho na excelente intervenção de V. Ex^a no dia de hoje, registro meu respeito pelos idosos e parabenizo o Estatuto e o Senador Paulo Paim. Mas, neste momento, gostaria de abordar a questão do preconceito. E, nesse sentido, tenho aqui o texto de um livro do Sr. João Batista de Medeiros, que, em seu item 27, diz: “Viva bem a sua idade, não dê importância aos que têm preconceito contra as pessoas idosas; o preconceito de agora será um espinho na carne quando não forem mais jovens”. O preconceito em nossa sociedade perpassa a criança, o idoso e também o negro. O Senador Paulo Paim foi um incansável batalhador também pelo Estatuto da Igualdade Racial. Os que mais sofrem são os idosos de origem afro-brasileira, os negros, os afro-descendentes, que

saíram da senzala para a favela, ou para o abandono. Portanto, presto minha homenagem a todos os idosos e agradeço o aparte que pedi para dizer o quanto os afro-descendentes, os negros, os negros idosos são discriminados. Agradeço também à Presidência. Esta sessão conjunta deveria ter sido mais amplamente divulgada a fim de que a presença fosse muito mais marcante e pudéssemos contar com os próprios idosos e suas respectivas organizações e conselhos. Muito obrigada.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço muito à Deputada Janete. Tenho muita satisfação em incorporar seu aparte ao meu discurso, que se torna enriquecido. Deputada Janete, é muito sensível a posição de V. Ex^a quando trata da questão do preconceito. Nesta Casa, temos um guardião dessa área, que é o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, que tem realizado um trabalho muito bonito no Senado da República, propiciando, juntamente com a Comissão de Assuntos Sociais, cada vez mais debates na área social. Não era comum no Senado da República o debate forte voltado para a área social. Um grupo de Parlamentares que tem vínculo com essa área tem conseguido aqui imprimir a cultura de valorizar e de debater com muito afinco tais questões.

Deputada Rebecca Garcia, esta é a segunda sessão conjunta entre Senado e Câmara que realizamos neste plenário. A primeira foi a sessão solene em relação ao turismo. Trata-se de uma inovação no Senado da República. E é muito produtivo que seja assim. Acredito que o Senado seja um ambiente mais tranquilo para realizarmos sessões desse tipo. Portanto, a partir do próximo ano, já sabendo dessa possibilidade, e quebrando um pouco o Regimento, poderemos valorizar mais essas sessões conjuntas.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, por uma questão de justiça, como digo sempre, e de transparência da verdade, eu tinha que fazer o aparte para cumprimentá-la pelo seu trabalho. V. Ex^a, sem sombra de dúvidas, toda vez que é convidada ou intimada, não importa, para assuntos relacionados à criança e ao adolescente, ao negro, ao índio, ao idoso, aos de livre opção sexual, às mulheres, enfim, àqueles que são mais discriminados, está ali sempre, atendendo à convocação. E, muitas vezes, nos convoca, como eu fui convocado três vezes por V. Ex^a, e, nem sempre, por questão de correria, eu pude comparecer. Mas quero cumprimentá-la pelo seu trabalho. Tenho muito orgulho em dizer que, na Comissão de Direitos Humanos, V. Ex^a e o Senador Leomar Quintanilha presidem, eu diria, a Subcomissão do Idoso, e têm desenvolvido

um belíssimo trabalho. Destaco também a questão das mulheres e da criança, o trabalho que V. Ex^a vem realizando, e já me convidou para dois painéis sobre o trabalho escravo das crianças. Este aparte rápido é apenas para cumprimentá-la. V. Ex^a é uma guerreira, uma lutadora. Ficam aqui as minhas homenagens.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço, Senador Paulo Paim. Realmente, somos um grupo de Parlamentares muito preocupados com essa área. Tivemos a oportunidade, no passado, de tomar uma iniciativa muito importante e para a qual gostaríamos de chamar a atenção dos prefeitos. Temos que voltar a estimular os prefeitos a um concurso que estabelecemos quando o hoje Governador Sérgio Cabral era também Presidente da Subcomissão do Idoso. Ele estabeleceu e criou a Cidade Amiga da Criança, premiando o prefeito que adequasse seu Município para que o idoso pudesse se sentir parte integrante e feliz daquela comunidade. O prefeito, ao construir um conjunto habitacional, deveria reservar um percentual para que o idoso pudesse ali morar. Isso significa que, ao cuidar da cidade, deve ter preocupação com a sensibilidade não apenas do idoso, mas também da pessoa portadora de deficiência, ao propiciar ao idoso a convivência por meio de centros de convivência. Enfim, uma série de iniciativas realizadas nos Municípios poderiam ser intensificadas. Acredito que a Subcomissão poderá reativar a idéia brilhante do hoje Governador Sérgio Cabral, nosso companheiro aqui, Senador, na Legislatura passada.

Portanto, deixo a sugestão e os cumprimentos a todos que estão engajados nessa luta e transmito os cumprimentos do Senador Leomar Quintanilha, assim como de toda a sua equipe, sua assessoria, que tem se esforçado. Hoje, S. Ex^a está participando da reunião do Conselho de Ética, mas tem envidado esforços para que a Subcomissão do Idoso, assim como todas as outras Subcomissões da Comissão de Direitos Humanos, seja atuante, presente e se faça ouvir nesta Casa.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Rebecca Garcia. PP – AM) – Agradeço o pronunciamento da Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a Presidente desta sessão conjunta solene do Congresso Nacional, Deputada Rebecca Garcia.

Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, muito aqui já foi dito. Acredito que todos falaram com o sentimento da sua alma, com o desejo de fazer, de comemorar

os avanços, as conquistas, mas todos registraram que muito ainda precisa ser feito.

O avanço do Estatuto do Idoso é algo muito importante para todos nós, e simboliza todos aqueles que contribuíram para isso na figura do Senador Paulo Paim, assim como do Senador Flávio Arns, que, ao longo de suas vidas, dedicam-se não só a este tema, mas a todos aqueles que têm que ver com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Já existem muitas leis, mas se pode avançar, é verdade.

Senador Mão Santa, contam na Paraíba uma história daquele tempo em que não havia celular, nem esses avanços tecnológicos: os pais botaram o filho para estudar no Rio de Janeiro. O filho, certo dia, mandou um telegrama, com a seguinte frase: “Pai, me mande dinheiro.” O pai recebeu, num momento estressado, e disse: “Esse menino só escreve para gente para pedir dinheiro”. Veja o que está escrito: “Pai, me mande dinheiro.” A mãe pegou o telegrama e disse, com ternura: “Não, meu velho, ele está dizendo: – Pai, me mande dinheiro?”

O que quero dizer com isso é que a lei existe, as normas estão aí para serem cumpridas, mas precisamos colocar a alma; precisamos botar carinho, exercer a atenção, como foi bem dito no poema desconhecido, interpretado pelo Senador Paulo Paim. É disso que precisamos. Precisamos colocar isso de uma forma muito simples, com amor, com carinho, com respeito, com atenção, algo que é fundamental.

Há a coincidência de o Dia do Idoso ser também no mês de outubro. Existe algo muito incomum no mês de outubro: o Dia do Idoso e o Dia da Criança, porque ambos só precisam da nossa atenção e do nosso carinho.

Está aí a certeza de que este País tem muito a avançar; temos muito a conquistar. E, cada vez mais, a idéia, sugerida pela Senadora Lúcia Vânia, de criarmos o selo da cidade amiga do idoso é importante. Deus me deu a oportunidade, como Prefeito, de receber o prêmio de Amigo da Criança, da Unicef e da Abring – sei o quanto isso é importante –, por atividades, por ações que foram feitas em favor das nossas crianças. Então, tenho certeza de que é fundamental despertar esse sentimento de carinho, de esperança.

A experiência da universidade temos na Paraíba. Não é pública ainda – espero que também se torne pública –, mas particular. E há algo muito interessante, Deputada Rebecca: é num shopping center. V. Ex^a precisa ver a festa das pessoas mais experientes, que vão a essa universidade. Elas freqüentam o shopping, o cinema, a praça de alimentação, convivem na melhor academia que existe na cidade de João Pessoa, instalada no shopping em parceria com a universidade

– suas atividades físicas são feitas nessa academia. O índice de ocupação mais elevado no laboratório de informática é exatamente dos alunos da maior idade – da melhor idade, como alguns os chamam –, que cursam aquela universidade.

São experiências como essas que devem ser multiplicadas, para que possamos avançar na lei que existe, mas demonstrando nosso carinho e nosso respeito.

Homenageio a iniciativa da Sr^a Deputada, bem como a do Senador Arthur Virgílio e de todos aqueles que aqui estão participando.

Permito-me pedir licença a minha mãe, que completou, há poucos dias, 90 anos, para nossa alegria, para nossa felicidade, a fim de oferecer esta sessão e homenagear outras duas senhoras paraibanas: primeiro, a ex-Vereadora Creusa Pires, que, ao longo de sua vida, após deixar a Câmara de Vereadores, tem realizado um belíssimo trabalho na cidade de João Pessoa – de encenação em praças públicas, em blocos de rua, de carnaval, em tudo que possa motivar e valorizar aquelas pessoas que são muito experientes, mas que querem ter ainda qualidade de vida; segundo, a mãe do Deputado João Gonçalves, a D. Noêmia Gonçalves. Há algo que me deixa muito feliz e que me alimenta: ela aperreia o filho dela para falar comigo, para dizer que gosta de mim, e quero retribuir isso a D. Noêmia Gonçalves nesta homenagem.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Rebecca Garcia. PP – AM)
– Obrigada, Senador Cícero Lucena.

Agora, vamos para o último orador inscrito, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Deputada Rebecca, que, com muita beleza e pureza, faz a grandeza deste Congresso Nacional, presidindo esta sessão. Este é o Congresso Nacional de que o Brasil se orgulha.

Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação, Deputada Rebecca, tinha de ser uma mulher: a página mais bela escrita aqui foi quando veio a Lei Áurea e jogaram flores no Congresso. Tinha de ser uma mulher que presidisse.

Rebecca, você escreve uma das páginas mais belas. Promovem-se homenagens, festas, carnavais a muita gente; o idoso é esquecido, e este Congresso lembra. Acho que esta, nos quatro anos e nove meses em que aqui estou, é a sessão mais importante.

Aliás, Cícero Lucena, 2 de outubro de 2007. Essa data, 2 de outubro, é muito importante para mim. No mundo dizem que houve o Ano Santo: foi em 1950;

minha mãe foi rezar lá na Europa, com o Papa. Era o Ano Santo, do qual 2 de outubro, para mim, é o dia mais significativo: nasceu Adalgisa. Um bem nunca vem só.

Com a emoção de saudar os idosos, a bela Rebecca trouxe Gabriel García Márquez, que diz que “aos velhos ensinaria que a morte não chega com a velhice, mas com o esquecimento”. Gabriel García Márquez, Prêmio Nobel de Literatura, Viver para Contar, Cem Anos de Solidão, esse grande escritor idoso. E eu, no colo de minha mãe, haveria de ler outro prêmio Nobel, mulher: Gabriela Mistral.

Ó Cícero Lucena, esse negócio de Mão Santa não sou; sei que não são. São mãos iguais às de cirurgiões, que, quando guiadas por Deus, salvavam um aqui e outro lá. Mas digo que sou filho, Paim, de mãe santa. Compreendo que todas são mães santas e têm suas características. Esta festa é das nossas mães – eu não a tenho aqui – e dos nossos pais também.

Há pouco, conversava – quis Deus – com Janete, Deputada. É o nome de minha mãe. Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só. Jeanete de Moraes Souza. Minha mãe foi Terceira Franciscana. Eu sei que todas... Mas o pai de minha mãe, Paim, era o empresário mais rico do Estado, tinha dois navios; botou indústria no Rio e venceu. E ela foi ser Terceira Franciscana. Daí o entrelaçamento entre mim e Pedro Simon. S. Ex^a leu o livro de minha mãe. Minha mãe lia Gabriela Mistral, uma mulher do Chile que ganhou o Prêmio Nobel; escreveu A vida é um hino de amor, publicado pela editora Vozes.

Mas, numa homenagem a todas as mães, a todas as idosas...

Paim, eu não escrevo, eu falo sempre assim, sou um poeta de cordel, acho que complexado, porque minha mãe escrevia tão bem que sempre vão dizer que a mãe escrevia melhor. Então, parece que tenho um complexo ou uma admiração. Mas o Paim, não, o Paim escreve bem, fala bem e tem muita sensibilidade. Mas de Deus e dos idosos eu me lembro. Sou muito feliz, pois o meu pai morreu também idoso, não tanto quanto minha mãe, mas, coincidentemente, estava eu e minha irmã mais velha, Cristina, e ele balbuciou: a família tem de ficar unida. E balbuciou mais: a vida está difícil, ficando difícil e complicada, Cícero. O meu pai não era de letras, como minha mãe. E minha mãe escreveu, e acho que vou publicar – um filho tem de ser assim. Paim, nunca vi ninguém escrever – ela ficou viúva uns doze anos; ela morreu com 84 anos – “Nossa Senhora, a viúva”, o sofrimento de uma viuvez. Fala-se muito em Nossa Senhora. Até o nosso Roberto Carlos, o meu rei, tem uma música intitulada “Nossa Senhora”, são muitos nomes, mas “Nossa Senhora, a viúva”

foi minha mãe quem escreveu, mostrando mais esse sofrimento de Nossa Senhora, porque ela ficara viúva, a minha mãe. Então, uma homenagem às idosas viúvas e aos viúvos, que, apaixonados como eu, há muitos por aí. Aliás, foi um Senador que disse a mais bela frase de uma viúva. Este Senado tem muita história, muita gente. Neste Senado eu respeito Jarbas Passarinho. Eu li o livro dele, ele disse que gostou da mulher dele, amou tanto, só teve um dia em que ele teve raiva dela – pois é, Paim –, ele disse que foi no dia em que ela morreu, que o decepcionou. Tem que haver esses sentimentos de amor que cimentam a família. Esse que está aí, Deus não desgarrou não, botou numa família, Jesus, Maria e José, Ele que era o filho de Deus, dando-nos mensagem.

Nesse dia do idoso, essa grandeza aqui, Rui Barbosa, o idoso, 32 anos de Senador. O Rio Grande do Sul que merece a história dos homens. Está aí, Paim, só um gaúcho já se igualou a ele, já tem o número de anos dados pelo povo, que Deus permita a vida: Simon completará 32 anos. Esse aqui foi até o fim, Senador. No seu último pronunciamento bastaria isso, era dever disso. Ô Luiz Inácio, mande isso, estão fazendo uma cartilha besta, boba, indigna, idiota, que está em crítica. Oração aos Moços, Rui Barbosa. Ô Luiz Inácio, pelo amor de Deus, no Dia do Idoso pegue aquela “Oração aos Moços”, que cada brasileiro moço pobre tenha direito a ler. Foi o último discurso de Rui Barbosa.

Senador velhinho, ele era paraninfo e, como não tinha mais saúde, pediu a um professor para ler. Ô Luiz Inácio, este é o maior presente dos idosos aos nossos jovens, escrito por Rui Barbosa: “Oração aos moços”. Basta isso, Luiz Inácio, para nós nos engrandecermos com a experiência e a vida de Rui Barbosa. Quantos brasileiros, Luiz Inácio, leram a “Oração aos Moços”? Está aí. Não vamos inventar a roda.

Para exemplificar isso, tenho a Bíblia, que é a minha. E aqui tenho os exemplos do que significam os idosos: Alberto Silva, que esteve noutra dia conosco, Antonio Carlos Magalhães, Gilberto Mestrinho, Pedro Simon, José Sarney, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Jefferson Péres, Eliseu Resende, Epitácio Cafeteira, João Durval. Quanto eles significam? Shakespeare disse que a experiência e a sabedoria ocorrem quando unimos a experiência dos mais velhos à ousadia dos mais novos. Aí, sim, nós temos aprendido.

Mas, permita-me Deus, a mãe com 84 anos, na véspera de morrer... Logicamente, tenho de cantar a minha mãe, mas compreendo que todas as mães têm outras qualificações. Às vezes, só uma passagem das mãos santas da sua mãe na sua cabeça é um gesto, uma poesia, um sinal, uma mensagem. Outras dão exemplo da luta pela vida. Interprete isso como a gran-

deza do idoso. À minha Deus deu esse dom. Ela era, para mim, a melhor. Na Gabriela Mistral ela se inspirou, mas eu sou mais minha mãe. Já li Gabriela Mistral.

Todas as mães falaram. Vi Magno Malta cantar e decantar a mãe dele, santa Dada, pobre, com dificuldades... Todas têm uma mensagem que temos de entender.

A minha deu essa mensagem que quero ler, Senador Paulo Paim, em homenagem a todos os idosos e oferecer à minha mãe morena, escritora. Para mim é o poema mais bonito da história do mundo, Senador Gilvam Borges.

Meu Testamento

Jeanete de Moraes Souza

Quando percebi que tinha meus dias contados,
Que minha vida, rapidamente, chegaria ao fim,
Pensei fazer meu testamento.

Dei balanço em tudo o que possuía.

Contei casas, contei dinheiro,

Meus livros – grande tesouro!

Meus ricos pertences

Minhas antiguidades...

Depois... Somei tudo.

E vi que tudo era nada!

Cacarecos sem valor,

Coisas inúteis e supérfluas,

Expostas às calamidades,

Ao risco dos incêndios

E dos ladrões.

Para que testamentar,

Esses bens que se podem acabar

Que as traças podem roer,

Ou o fogo devorar,

Se outros bens imperceptíveis

Eu conseguir amealhar?

Senhor, tu mesmo disseste

Que nenhum copo d'água

Dado ao menor irmão,

Ficaria sem recompensa

No Reino do teu Pai!

Nos celeiros eternos

Vou procurar guardar

Outras riquezas.

Não as da terra!

Meus filhos não herdarão de mim

Castelos, nem fazendas,

Nem ricas propriedades...

Não deixarei ouro e nem prata,

Nem dinheiro em caixas fortes...

Tudo é vaidade sobre a terra.

Nada que sempre dure...

Tudo, sem valor que me seduza.

Meu testamento é a minha fé,

É a minha esperança,
É todo o meu amor!
Que meus filhos possam herdar de mim
Todo o bem dessa fé.
Que foi a minha luz,
Mais clara e mais querida,
Dessa esperança que foi a minha força
Dessa caridade.
Que me fez ver Deus
Em toda a natureza,
Em todas as pessoas,
Em tudo o que existe,
E Dele provém!
Caridade que é amor,
Amor que é vida!”

Palavras, mas temos que ter ação aqui no Congresso.

Eu lembraria a Rebecca que, com a liderança de mulher, mulher sempre foi mais brava do que homem. Os homens falharam. Refleti sobre o maior drama da humanidade, a crucifixão de Cristo, sobre todos os homens – Anás, Caifás, Pilatos, Pedro –, todos os que se banquetavam, comiam peixe, tomavam vinho com Cristo. Ô Gilvam Borges, Pedro, forte, três vezes negou – que nós sabemos. Atentai bem às mulheres! A Adalgisinha lá, Verônica, as três Marias lá no sepulcro. Se fossem homens, Paim: “É mentira, Ele não ressuscitou não, eles estavam bêbados”. Como era mulher, nós acreditamos.

Acreditamos em V. Ex^a. Queremos, então, que se torne realidade. Ô Congresso, acorda! Sirva ao povo do Brasil, aos nossos idosos! Está aí o PL n^o 58, de Paulo Paim, que garante ao aposentado receber o número de salários mínimos da época do benefício. Chegou aqui um abaixo-assinado com um milhão e duzentas mil assinaturas. Se este Congresso não atender o povo, ele não estará servindo à democracia, que é o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Nós queremos que V. Ex^a inicie isso. Chame esse Chinaglia aí, que esse Renan nós chamamos aqui. Isso, sim, ressuscitará este Congresso do descaso que estamos vivendo. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Rebecca Garcia. PP – AM)
– Agradeço a participação do nosso último orador inscrito e, por sugestão da Secretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, gostaríamos de dedicar também esta sessão solene ao nosso grande Oscar Niemeyer, que é prova de que nunca é tarde para se construir. Esta sessão termina com essa dedicação.

Também gostaria de lembrar uma frase de Dom Hélder Câmara, que diz que “o importante não é acrescentar anos à vida, mas sim vida aos anos vividos”.

Ao encerrar a sessão, a Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honram com a sua presença.

A SR^a PRESIDENTE (Rebecca Garcia. PP – AM)
– O Sr. Senador Valdir Raupp enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Ex^a será atendido.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço questão de juntar-me, ainda que muito brevemente, aos que hoje saúdam os idosos, nesta comemoração do Dia Nacional e Internacional do Idoso.

A preocupação com o bem-estar dos mais experientes implica a aceitação e o comprometimento com um conjunto de valores que são a base para qualquer vida comunitária saudável.

Há, antes de mais nada, a gratidão e o reconhecimento que as gerações mais jovens devem às que as precederam.

Há ainda o respeito que devemos aos mais velhos. Também a solidariedade que nos leva a cuidar, de forma particular, daqueles que necessitam de atenção e de proteção especial.

Tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando transformado em ação concreta por parte da sociedade, denota um grau elevado de maturidade ética.

Fico feliz em poder dizer que nós, aqui no Brasil, já damos sinais significativos de estarmos atingindo essa maturidade.

Efetivamente, cresce entre nós, de forma visível, a consciência de que temos de reservar aos nossos cidadãos da terceira idade uma atenção especial. Se compararmos o Estatuto do Idoso, aprovado na Legislatura passada, com o quadro normativo que o antecedeu, a Política Nacional de Idoso, percebemos que o avanço é notável.

E perceptível também é a tendência de transformar a questão dos idosos em item permanente da agenda legislativa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a composição etária da população brasileira tem se alterado pouco a pouco. Somos ainda um país de jovens, mas a proporção de pessoas da terceira idade tem aumentado consistentemente, seja pela diminuição do ritmo da natalidade, seja pelo aumento da longevidade.

Devemos estar preparados para lidar com essas transformações – que, podemos dizer, são efeitos de nossa prosperidade crescente, são conseqüências do amadurecimento, em todos os sentidos, de nossa sociedade, a exemplo do que já aconteceu em outros

países. Quanto mais avançarmos no que se refere à garantia do bem-estar de nossa população, mais teremos a oportunidade de conviver com pessoas idosas. Entender e incorporar em nossas preocupações os cuidados que acompanham a terceira idade é uma condição necessária para que tenhamos uma vida comunitária não só mais rica, como também mais justa.

Assim, Sr. Presidente, a atenção aos idosos constitui, hoje mais do que nunca, um quesito importante para julgarmos o grau em que a justiça social está efetivamente realizada em uma sociedade.

Temos ainda muito a caminhar, mas creio que podemos dizer com segurança que estamos na direção

correta e que o Brasil de hoje é muito mais justo, por lidar mais adequadamente com seus cidadãos mais experientes, do que era há algumas décadas.

Parabéns a todos os idosos pela passagem deste Dia Nacional e Internacional do Idoso.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Rebecca Garcia. PP – AM)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 53 minutos.)

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (PFL-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
PFL	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/PFL/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES PFL-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



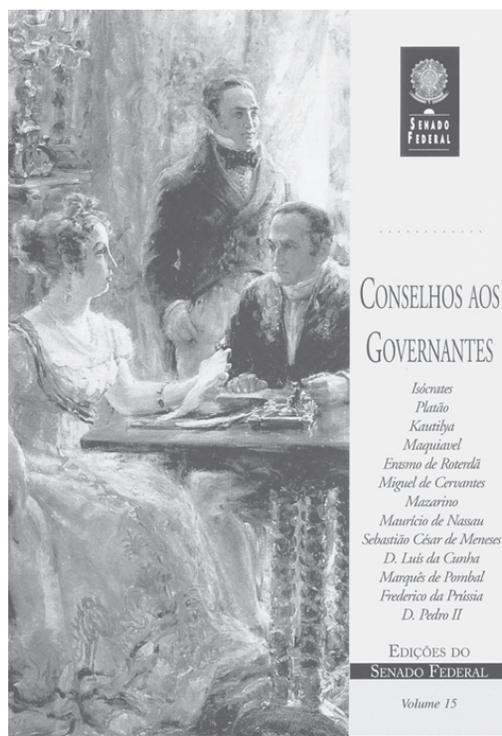
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS